

PORQUE O CONFLITO ENTRE TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS NÃO É FALSO

Maria Laura P. Barbosa Franco
Da PUC-SP e Fundação Carlos Chagas

Intrigante e desafiador é o texto de Sérgio Luna, no qual procura demonstrar que existe um falso conflito entre tendências metodológicas.

Com muita pertinência, denuncia uma série de atitudes levianas que se instalam no meio acadêmico e que contribuem para a desqualificação da produção docente e discente.

Com razão, identifica a existência de pesquisadores que, não engajados no compromisso da análise epistemológica, utilizam-se de argumentos parciais para discutir, erroneamente, diferentes tendências metodológicas. Sem dúvida, por trás de muitos radicalismos neste sentido, coloca-se uma questão política, pois a busca do poder tem reproduzido, na comunidade científica, formas de dominação-subordinação semelhantes às observadas na sociedade mais abrangente. Em conseqüência, não raro, ob-

serva-se a criação de grupos hegemônicos que, habilmente articulados, lutam (e conseguem) conquistar espaços com vistas apenas à concretização de projetos individuais, sob a capa dissimulada de "pseudo"-posturas teórico-metodológicas.

Por isso, e conhecendo muito bem a luta contra os princípios metodológicos sobre os quais se edificou inicialmente a Psicologia Experimental, Sérgio Luna declara que a maioria das pessoas critica outras tantas, acusando-as de *positivistas* "muito mais em função de um referente que congregue o que julgam pior na pesquisa, do que, efetivamente, em função de um conhecimento de causa quanto a uma corrente epistemológica".

Com muita sagacidade, também, aponta a fragilidade teórico-metodológica de muitos alunos que, para a realização de suas dissertações ou teses, não sabem res-

ponder à pergunta básica e fundamental que implica a explicitação do problema de pesquisa no qual estão interessados. No entanto (como se infere de suas colocações), esses mesmos alunos, sem condições de refletir sobre o que significa a atividade de pesquisa, deixam-se levar por modismos e, mal informados, acreditam que os procedimentos, a serem utilizados em suas investigações, incorporam a capacidade de ser autônomos e, portanto, desvinculados do problema que pretendem estudar. Por esta razão, como diz o autor, "não raro um aluno responderá à pergunta: 'Qual é o seu problema de pesquisa?' com 'Vou usar um questionário para...' ou 'Não sei ainda, mas sei que não quero fazer observações!'".

Essa questão reflete, em meu entender, a fragilidade conceitual de muitos cursos de Metodologia que não enfrentam uma necessária discussão epistemológica e fornecem aos alunos apenas um rol de técnicas, inviabilizando, assim, a produção de pesquisas consistentes que, a partir de um fio condutor e da discussão de uma problemática, respeitem sua integração com pressupostos teórico-metodológicos pertinentes e a devida adequação aos procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados.

Examinando essas e outras limitações, Sérgio Luna admite a necessidade de rever as bases sobre as quais se têm estabelecido conflitos entre tendências metodológicas e se propõe a discutir bases mais reais e saudáveis para ultrapassar equívocos e atingir, assim, a possibilidade de estabelecer um conflito honesto.

Substancialmente, suas colocações são muito relevantes e, principalmente, oportunas.

Numa época em que a Ciência se converte em uma força produtiva e os avanços tecnológicos alcançam marcos cada vez mais amplos, cresce o interesse pelo estudo da metodologia do conhecimento científico. O crescimento observado em relação às investigações científicas e o rápido aumento do número de pessoas ocupadas com a Ciência têm não apenas incrementado o interesse puramente abstrato a respeito do processo de construção do conhecimento, como também têm imposto aos pesquisadores tarefas concretas com vistas à reflexão sobre os princípios metodológicos utilizados pela Ciência contemporânea.

O texto de Sérgio Luna é mais um dos reflexos dessa imposição. Diante de novas posturas metodológicas no enfrentamento das questões humanas e sociais, o momento exige um aprofundamento de estudos sobre o tema e, principalmente, uma tomada de posição por parte dos pesquisadores.

No embate dessa tomada de posição é que vou tentar argumentar por que acredito que o conflito entre tendências metodológicas não é falso. Espero, com isso, estar contribuindo para o avanço na direção que Luna aponta em busca de um "debate honesto".

Vou começar questionando o tratamento dado à palavra Metodologia no texto de Sérgio Luna. Ele afirma que "o sentido da palavra Metodologia tem variado ao longo dos anos". Diz ainda: "mais importante do que isso tem variado o *status* atribuído a ela no contexto da pesquisa. Em alguns âmbitos profissionais, Metodologia é associada a Estatística e Demo (1981) sugere que, na América Latina, Metodologia aproxima-se mais do que se poderia

chamar de Filosofia ou Sociologia da Ciência..." Prosegue dizendo que "qualquer que seja a conceituação que se adote (grifo nosso), discussões relevantes foram sendo produzidas a respeito de Metodologia". Com isso, reduz a discussão acerca do significado da palavra Metodologia a uma questão terminológica e pressupõe não existir relação entre sua conceituação e as discussões relevantes produzidas a seu respeito. Em meu entender, essas discussões existem justamente porque têm havido constantes revisões acerca de seu significado. Neste sentido, faz uma grande diferença quando associada à Estatística ou à Filosofia da Ciência.

Quando associada historicamente à Filosofia e intimamente relacionada à Sociologia do Conhecimento, já traz a marca de sua conceituação. Neste caso tem *status* próprio e o processo da investigação científica constitui-se em seu objeto de estudo.

Diferentemente de uma tarefa de cunho psicológico, cujo interesse incide na análise da atividade pessoal do cientista, ou no estudo de suas características psíquicas, a Metodologia, no âmbito da Filosofia da Ciência, examina o processo da investigação científica como movimento do pensamento humano do empírico ao teórico e vice-versa. É também, neste contexto, que a tarefa da Metodologia volta-se para a análise da problemática gnoseológica que, de diferentes maneiras, busca explicitar a relação que se estabelece entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido, resultando, dessa interação, o conhecimento. Conseqüentemente, neste caso a Metodologia inscreve-se nos contornos da Teoria do Conhecimento, afastando-se, assim, de uma concepção que procura associá-la à Estatística.

Quando vinculada à Estatística, ou quando confundida com os procedimentos e técnicas utilizados pelo pesquisador para a captação do empírico, pressupõe o processo de construção do conhecimento humano como dado, neutro e linear, e passa a ser entendida como descrição das sistemáticas adotadas para a coleta, análise e interpretação de um determinado objeto de estudo.

Estabelecer essa diferença não significa relegar as atividades ligadas à definição dessas sistemáticas a um segundo plano. A adequação dos procedimentos previstos para coleta, análise e interpretação dos dados ao delineamento de uma problemática e à formulação de um problema específico é uma questão fundamental.

Todavia, é importante demarcar os diferentes campos em que se situa o significado da palavra Metodologia, pois no bojo de sua conceituação instala-se o ponto de partida para reais conflitos entre tendências metodológicas.

Ou seja, quando associada à epistemologia do conhecimento, numa perspectiva histórica e crítica, pressupõe um processo de construção que leva em conta a apreensão da realidade como um momento indissociável da intenção prática do sujeito ao apreendê-la. Já, quando concebida como o conjunto de procedimentos utilizados para a captação e interpretação do empírico, passa a ser entendida como o caminho que o sujeito percorre para a apreensão da realidade, sem questionar que tipo de vinculação se estabelece, no percurso desse caminho, entre o sujeito que conhece e a realidade a ser apreendida.

Apesar de sua importância, não vou prolongar a discussão acerca das divergências teóricas implícitas na atribuição de diferentes sentidos à palavra Metodologia, pois tentei delimitá-la apenas para estabelecer uma ponte com outros elementos existentes no texto de Sérgio Luna, os quais, sendo nucleares, permitem sustentar uma argumentação mais concreta a respeito dos conflitos entre tendências metodológicas. Dentre eles destaco a presença, no referido texto, de uma falácia que transforma uma questão formal em uma questão substantiva.

Em determinado momento, o autor admite, com razão, que toda pesquisa implica o preenchimento de três requisitos: a existência de uma pergunta que se deseja responder; a elaboração e descrição de um conjunto de passos que permitam obter informações necessárias para respondê-la, e a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida. Prossegue, sugerindo ao leitor que reflita sobre as seguintes questões: "exatamente, que tendência metodológica particular é caracterizada por estes três requisitos? Ou, de outra forma, que corrente metodológica poderia dispensar qualquer um deles?".

É evidente que a resposta a ambas as perguntas acima é *nenhuma*, mas por motivos que não guardam, entre si, qualquer semelhança.

Se por um lado, a observância desses três requisitos é condição indispensável para a realização de pesquisas, por outro lado, indagar que tendência metodológica particular é caracterizada por sua existência, é uma pergunta equivocada. A mera formalização dos referidos requisitos não tem poder de expressar tendências metodológicas nem nos permite inferir a abordagem teórica que orienta o pesquisador e o fio condutor que imprime significado à sua investigação. Explicitá-los é uma exigência decorrente da necessidade de sistematização e rigor a serem buscados na produção de conhecimentos. Sem dúvida essa é uma tarefa da qual o pesquisador não pode se furtar¹.

No entanto, a identificação dessa ou daquela tendência metodológica passa por uma questão bem mais complexa e nuclear do que aquela colocada por Sérgio Luna, pois, no decorrer de sua argumentação, conclui que se um pesquisador atender aos três requisitos apontados... então já será possível avaliar seu produto em termos de seu referencial teórico-metodológico. Gostaria de reiterar que a ausência desses quesitos permite identificar a fragilidade da pesquisa e muitas vezes a improvisação dos resultados. Porém, a simples presença dos mesmos nada nos diz acerca da postura teórico-metodológica do investigador. Para avaliação dessa postura é necessário analisar como o pesquisador delimita, monta, arruma, ou seja, concebe sua investigação o que, por sua vez, reflete uma determinada concepção de realidade, de Ciência e de conhecimento científico. Vejamos como essa questão se inscreve no texto de Sérgio Luna.

A partir da concepção de realidade explicitada pelo autor e do significado que atribui aos termos "objetivo"- "subjetivo", é possível inferir não apenas seus pressupostos teóricos, mas também que delineamento de pesquisa e que tipo de procedimentos deveriam ser privilegiados para garantir coerência à produção a ser obtida dentro do modelo teórico que a informa.

Ao admitir que "a realidade empírica é complexa, mas objetiva, pois não *traz nela ambigüidades*" (grifo nosso), e, ao admitir que "o homem individual é subjetivo porque incapaz de separar o objeto da concepção que faz dele...", Sérgio Luna expressa uma interpretação dicotômica entre sujeito e objeto do conhecimento, efetuando, assim, uma transposição mecânica para as Ciências Sociais dos métodos científicos, originalmente construídos para investigar a natureza física. Essa transposição tem seu fulcro orientador nos postulados teóricos que se edificam a partir de três princípios fundamentais:

- a Sociedade pode ser epistemologicamente assimilada à Natureza;
- portanto, na vida social, à semelhança da Natureza, reina uma harmonia natural (sem ambigüidades);
- em consequência toda a ruptura dessa harmonia passa a ser indicativa de desequilíbrio e desadaptação;
- a sociedade é regida por leis naturais, quer dizer, leis invariáveis independentes da vontade e ação humanas.

Uma das consequências mais importantes desses princípios diz respeito ao tratamento dado ao fato social que, para ser convertido em "científico", deve ser previamente isolado do sujeito que o estuda.

Este aspecto nos conduz ao significado de "objetivo", implícito no texto de Sérgio Luna. Ao separar o objeto do conhecimento do sujeito que conhece, o autor relaciona "objetivo" àquilo que pode ser observado, palpado, medido. Para tanto, nesta concepção é preciso tratar os fatos sociais como coisas, exatamente como o cientista da natureza trata os fenômenos naturais. Isso implica considerar, de um lado, os fatos sociais desprovidos de historicidade, movimento de contradição e, de outro lado, o cientista social, "subjetivo", mas com a tarefa de se esforçar para estudar uma realidade, da qual participa, como se não fizesse parte dela.

Aliás, essa concepção de objetividade caminha na mesma direção daquela que pode ser encontrada em Kerlinger quando admite que "a objetividade ajuda o pesquisador a *sair de si mesmo* (grifo nosso), ajuda-o a conseguir condições publicamente replicáveis e, conseqüentemente, descobertas publicamente averiguáveis... A Ciência, diz Kerlinger, é um empreendimento social e público... mas uma regra importantíssima do empreendimento científico é que todos os procedimentos sejam objetivos – feitos de tal forma que haja ou possa haver acordo entre juízes, porque quanto maior a objetividade mais o procedimento se afasta das características humanas – e de suas limitações" (Kerlinger, 1980).

Provavelmente, entre essas limitações está incorporada aquela indicada por Sérgio Luna, quando salienta a subjetividade do homem individual que o impede de separar o fato da concepção que dele faz.

Essa maneira de ver a Ciência; essa dicotomia que pretende dissociar o conhecimento do objeto da intenção

1 Sabe-se que essa tarefa é, em geral, mal compreendida e associada a uma imposição de "metodologias tradicionais" (e por hipótese reacionárias). Por isso tem sido desvalorizada e, em consequência, sua negligência tem gerado uma grande quantidade de produtos inconsistentes, irrelevantes e superficiais.

prática que se tem em relação a esse objeto; esse dualismo que eleger como regra fundamental da objetividade científica a separação entre sujeito que conhece e objeto do conhecimento, enfim, esse pseudodistanciamento que, em busca da objetividade, pretende, por hipótese, garantir a neutralidade do cientista... traz no seu bojo implicações para a prática acadêmica e social de investigadores, docentes e pesquisadores.

Uma delas diz respeito à própria concepção de Teoria tal qual se delineia no texto de Luna. Para ele, a teoria surge "a partir de conhecimentos parciais obtidos pela limitação do homem como uma possibilidade de integrá-los..."

Ao atribuir à teoria essa função integradora, Sérgio Luna incorre em mais uma dicotomia, separando teoria e prática. Ou seja, teoria passa a ser vista como um conjunto de idéias, de conceitos, de leis e princípios que parecem resultar do puro esforço intelectual, sem qualquer laço de dependência com as condições sociais e históricas. Nessa mesma linha, postula-se que esse conjunto de idéias, para ser "científico", deve necessariamente surgir e ser construído a partir de uma observação "neutra", "objetiva", onde o distanciamento do investigador e o recurso ao consenso entre juízes são metas fortemente almejadas. Com esse conjunto de idéias, depois de sistematicamente organizadas e indutivamente acumuladas, pretende-se explicar a realidade, quando, na verdade, é a realidade que torna compreensíveis as idéias e teorias elaboradas.

Isso porque a teoria não surge a partir da observação neutra e da quantificação rigorosa de fatos isolados. Ao contrário, a construção de uma teoria está intimamente vinculada à prática social de seu produtor, isto é, não pode ser concebida como algo desvinculado da forma como os homens se relacionam entre si e com a natureza para a produção e reprodução de suas condições de subsistência. A produção de idéias, de representações, da consciência, está diretamente entrelaçada com a atividade prática dos homens, enquanto asseguram as condições necessárias à sua existência. O ponto de partida para essa produção são os homens em sua atividade real, vivendo no coletivo das relações sociais, historicamente determinadas, e produzindo a realidade, ainda que esses mesmos homens não tenham consciência de serem seus únicos produtores. Sendo os homens em sua atividade concreta o ponto de partida para a construção do conhecimento, a Ciência real começa na vida real, na atividade prática. Portanto, a verdadeira atividade – a "práxis" – é teórico/prática e, neste sentido, é relacional, é crítica, é transformadora, pois é teórica sem ser mera contemplação – uma vez que é a teoria que guia a ação – e é prática sem ser mera aplicação da teoria – uma vez que a prática é a própria ação guiada e mediada pela teoria. Teoria é entendida aqui como uma aquisição histórica construída e produzida na interação que se estabelece entre os homens e o mundo.

Nessa concepção, com a qual nos identificamos, não há como separar o sujeito cognoscente do objeto a ser conhecido. Esse sujeito, ou seja o homem, não pode ser concebido como um ser meramente especulativo, que deve controlar sua "subjetividade" e "sair de si mesmo" para poder produzir uma série de conhecimentos que, por

hipótese, teriam a capacidade de explicar a realidade como se essa caminhasse à margem da existência do investigador.

Por outro lado, como lembra Acácia Kuenzer, isso não quer dizer que não exista uma realidade objetiva, independente e exterior ao homem. Significa, apenas, afirmar que o conhecimento não é mera elaboração à margem da prática social global. Ou seja, "a atitude do homem em face da realidade não é a de um ente cognoscente meramente especulativo, mas a de um ser que atua objetivamente sobre a natureza e sobre os homens com vistas ao atingimento de suas finalidades. Por isto, a realidade não se lhe apresenta como algo que lhe é exterior e que deve ser compreendido teoricamente, mas como o campo no qual exercerá sua atividade, a partir do que se produzirá o conhecimento teórico-prático dessa mesma realidade" (Kuenzer, s.d.).

Nesta relação entre teoria e prática como forma metodológica, não há espaço para delineamentos de pesquisa ditos experimentais ou correlacionais, pois esses são guiados por uma concepção de realidade retalhada, cuja apreensão se dá mediante a junção associacionista de seus recortes parciais.

Por certo, a realidade não se dá a conhecer imediatamente. Todavia não é a soma parcial de seus "recortes" que permite chegar à sua compreensão enquanto totalidade concreta.

O ponto de partida é sempre o empírico, mas o empírico revela apenas o aparecer social e nem sempre possibilita a apreensão de seu real significado através da observação imediata.

Para ultrapassar esse nível descritivo e atingir um nível explicativo, é necessário haver um movimento dialético do pensamento que parte do empírico para o concreto, e, uma vez claramente estabelecidos os conceitos, com o recurso da teoria, volta ao empírico para compreendê-lo em toda a complexidade de suas determinações.

Este movimento, do empírico para o concreto e de novo do concreto como novo ponto de partida, é o movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e desta para o fenômeno (Kosik, 1976). Essência que não se mostra no caráter aparentemente estático e visível do fenômeno, mas que deve ser apreendida em sua concretude, ou seja, em sua contextualização histórica, determinada e produzida no conjunto das relações sociais.

Sendo a realidade concreta caracterizada pela interdependência ativa entre as diversas partes do real que não se somam, que não são dadas, mas que se constroem historicamente a partir de contradições intrínsecas, esse movimento (que caracteriza o método dialético) é, também, o movimento que vai da totalidade para a contradição e desta para a totalidade; do objeto para o sujeito e deste para o objeto.

Essa compreensão do processo de produção do conhecimento implica decisões metodológicas que, uma vez deflagradas, permitam evidenciar conflitos entre diferentes tendências.

Em primeiro lugar, pressupõe a prática social como critério de verdade do saber produzido. Portanto, é nela que se deve buscar os referenciais explicativos dos fenômenos para poder extrapolar o caráter meramente des-

critivo dos mesmos. É certo que a atribuição de validade aos dados exige um esforço teórico. No entanto, fora da forma como os homens se relacionam entre si e com a natureza não existe conhecimento verdadeiro ou falso, pois a verdade não existe em si, no pensamento.

"O problema da possibilidade de atribuir-se ao pensamento humano uma verdade objetiva não é apenas um problema teórico. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder de seu pensamento" (Marx & Engels, 1974).

O engajamento a essa concepção vai gerar um tipo de pesquisa radicalmente oposta àquela concebida como uma atividade unilateral, destinada a produzir um conhecimento novo, nos limites de um "empiricismo" acrítico sob a égide da linearidade e da ordenação.

Embora opostas e, portanto, conflitivas em ambas as pesquisas, *devem estar presentes* a explicitação de uma pergunta/problema; a elaboração e clara descrição de um conjunto de passos que obtenham informação(ões) necessária(s) para respondê-la(o); e o grau de confiabilidade da resposta obtida.

Porém, no primeiro caso, a interpretação do conhecimento obtido não se restringe à mera descrição factual daquilo que está codificado na lógica e na linguagem dos fatos. Ao contrário, busca o explicativo do objeto de pesquisa (seja a avaliação de um curso, a organização de uma escola, a repetência, a evasão, a profissionalização na adolescência etc...), contrapondo os dados obtidos aos parâmetros mais amplos da sociedade abrangente e analisando-os à luz de seus determinantes históricos. O que é visto a "olho nu" está integrado numa totalidade que determina as leis internas e que com ela se articula em influência recíproca (Mello, 1980). Portanto, para a verdadeira apreensão do real, é preciso que o pensamento "trabalhe" o observável e vá além dele, concretizando-o através da consciência que é ativa, não por dom sobrenatural, mas porque abstrai e apreende o movimento existente na totalidade.

Nessa perspectiva, diferentemente daquela onde a validação das conclusões é subordinada ao consenso, devem ser recuperados os aspectos contraditórios e as diversas perspectivas muitas vezes presentes em determinada situação.

Diferentes interpretações, que diferentes indivíduos ou grupos desenvolvem de uma mesma situação, é o que permite recuperar a dinâmica da situação estudada. Dinâmica que se expressa no processo vivenciado pelos envolvidos e no relato das representações e interpretações dos informantes. Representações e interpretações que, por sua vez, serão reinterpretadas e reelaboradas pelo pesquisador e, posteriormente, pelo leitor.

Assim sendo, a interpretação se dá "em contexto", ou seja, mediante o desvendamento das condições objetivas da existência social, a qual, diferenciando os homens a partir de suas particulares condições de subsistência, concomitantemente, os homogeniza enquanto seres históricos. Seres históricos: aqui entendidos como produtos de circunstâncias determinadas e, ao mesmo tempo, produtores dessa mesma história, que se concretiza na prática social, via pensamento-linguagem e ação, que se deixa impulsionar por necessidades biopsicológicas, que se

orienta a um fim e que se expressa no conjunto socialmente elaborado das representações sociais.

Na medida em que o saber não se consubstancia fora da prática social e sendo produzido pelos homens, ele é necessariamente transformador. Transformador porque transforma o homem – que o produz – e as circunstâncias – ao explicá-las.

Esse aspecto, que relaciona ao saber uma qualidade transformadora, nos remete ao segundo ponto a ser considerado no método dialético.

A capacidade transformadora do saber implica admitir que todo conhecimento é comprometido com um ponto de vista determinado, não pela subjetividade do investigador, mas pela própria totalidade (de uma formação social determinada) na qual ele, investigador, ocupa uma posição social e política. Daí ser necessário definir o seu compromisso político e repensar a adequação de seu conhecimento a uma ação transformadora no mundo social.

Sendo o investigador constituído pela sociedade e, ao mesmo tempo, participante de sua construção, não há como olhá-la de fora, à margem da prática social, procurando neutralidade para decifrar "objetivamente" seus "recortes" no mundo encastelado da academia ou das instituições de pesquisa.

Todavia, a importância da participação do pesquisador na vida social via produção de novos conhecimentos e oferta de subsídios para as transformações sociais tem sido, muitas vezes, mal interpretada.

Na medida em que a atividade de pesquisa é vista como elitista, a tendência de muitos pesquisadores tem se orientado no sentido de deslocar sua condição de especialistas para a necessidade de inserção "ativa", e "participante" no mundo de seus pesquisados.

Sem dúvida, no radicalismo dessa posição está embutida uma concepção monolítica que pressupõe a tarefa de produzir conhecimentos como um processo indissociável de militância política sem perceber que essas duas atividades, embora específicas, podem ser complementares.

Se, por um lado, deva-se rejeitar o elitismo da produção de um conhecimento desvinculado de um compromisso político, por outro lado, confundir a especificidade do papel do pesquisador com militância política é um grande equívoco.

"De fato, se o objetivo do pesquisador é contribuir para uma problematização e uma clarificação da prática vivida pelo grupo, ele deve preservar uma distância crítica em relação à realidade e à ação cotidiana do grupo. A verdadeira inserção implica, portanto, uma tensão permanente entre o risco de identificação excessiva do pesquisador com os protagonistas da situação em que está inserido e a necessidade de manter um recuo que permita uma reflexão crítica sobre a experiência em curso. É preciso, justamente, alcançar uma síntese entre o militante de base e o cientista social, entre o observador e o participante, sem sacrificar nenhum dos dois pólos desta relação" (Oliveira & Oliveira, 1981).

O pesquisador, ao sacrificar o pólo do cientista social, está negando-se a si próprio e correndo o risco de perder-se num ativismo inócuo, já que está anulando a especificidade de seu papel de produtor do conhecimento e a natureza transformadora dessa produção.

Não há por que renunciar à utilização crítica dos instrumentos teórico-metodológicos de que dispomos, pois assim estaríamos, também, renunciando a nossa condição de pesquisadores, nossa possibilidade de contribuir para as transformações sociais, nosso compromisso político, enfim, nossa própria prática. Ao rejeitarmos essa condição, sob a hipótese de ser "autoritária", "elitista", "antidemocrática" etc... estamos, concomitantemente, anulando-a tal qual nos pressupostos contidos em propostas ingenuamente transformadoras.

O pesquisador, seriamente comprometido com a solução dos problemas de seu tempo, com a democratização do saber, com a distribuição igualitária dos bens sociais, com a superação das contradições e que, no mesmo compasso, não dissocia esse compromisso de sua tarefa específica, não tem por que se envergonhar de ser pesquisador!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, E.P.U., 1980.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- KUENZER, A. *O trabalho como princípio educativo no currículo de 2º grau*, s.d. mimeo.
- MARX, K. & ENGELS, F. *La ideología alemana*. Montevideo, Ed. Pueblos Unidos/Barcelona, Grijalbo, 1974.
- MELLO, G. N. Pesquisa em Educação: questões teóricas e questões de método. In: SEMINÁRIO SOBRE ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA: conhecimento e realidade, S.P. 1980. *Relatório Final*. São Paulo, FCC/CNPq, 1980.
- OLIVEIRA, Rosiska & OLIVEIRA, Miguel. Pesquisa social e ação educativa. In: BRANDÃO, C. R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981.